



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

TERMO ADITIVO Nº 03 À CARTA-CONTRATO N. 28/2017.

TERMO ADITIVO Nº 03 À CARTA-CONTRATO N. 28/2017
(evento [0241354](#))

PROCESSO ADMINISTRATIVO SEI Nº [0002144-89.2017.6.22.8000](#)

TERCEIRO TERMO ADITIVO À CARTA-CONTRATO N. 28/2017, QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, POR MEIO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA, E A SENHORA ANA GORETH DE OLIVEIRA DANTAS, PARA LOCAÇÃO DE IMÓVEL OBJETIVANDO A INSTALAÇÃO PROVISÓRIA DO ARQUIVO GERAL DO TRE/RO.

A UNIÃO, por intermédio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA – TRE-RO**, inscrito no CNPJ sob o n. 04.565.735/0001-13, com sede na Avenida Presidente Dutra, 1889, Bairro Baixa União, CEP: 76.805-859, em Porto Velho/RO, neste ato representado por sua Diretora Geral, senhora **LIA MARIA ARAÚJO LOPES**, brasileira, portadora da Cédula de Identidade RG 294.893-SSP/RO e do CPF 475.106.849-00, neste ato denominado simplesmente **LOCATÁRIO**, e, de outro, a senhora **ANA GORETH DE OLIVEIRA DANTAS** (genitora e Procuradora de GIOVANA DANTAS MENDES e de MARIANA DANTAS MENDES, conforme disposto na Procuração juntada no evento n. 0753681 dos autos supramencionados), brasileira, portadora da Cédula de Identidade RG 299.761/SSP-RO e do CPF 349.115.962-87, residente na Rua Esron de Menezes, 1433, Bairro Areal, CEP: 76.804-302, em Porto Velho/RO, telefone(s): (69) 99235-4199, e-mail(s): anagorethdantas@yahoo.com.br, doravante denominada simplesmente **LOCADORA**, para celebrarem este Termo Aditivo, mediante acordo entre as partes e tendo em vista a Autorização constante no **DESPACHO Nº 1815/2021 - PRES/DG/GABDG**, de 30/12/2021 (evento [0776198](#)), ficando estabelecidas as seguintes cláusulas e condições:

DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA – O presente Termo Aditivo tem como objeto **PRORROGAR** por mais 31 (trinta e um) dias o prazo de vigência da Carta-



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Contrato nº. 28/2017 (evento [0241354](#)), contados a partir de 01/01/2022 com término em 31/01/2022.

Subcláusula única – A Contratada anuiu com a prorrogação supramencionada, conforme consta no evento 0775163 do Processo respectivo.

DO VALOR

CLÁUSULA SEGUNDA – O valor deste aditivo é de **R\$ 4.371,18 (quatro mil trezentos e setenta e um reais e dezoito centavos)**, correspondente ao período da presente prorrogação da locação.

Subcláusula única – As despesas com a execução do presente termo aditivo correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento 2022 da Justiça Eleitoral de Rondônia, mediante Nota de Empenho a ser emitida após a disponibilização do mencionado orçamento.

DO FUNDAMENTO LEGAL

CLÁUSULA TERCEIRA - O presente Termo Aditivo é celebrado com fundamento na Cláusula Quarta do Contrato originário c/c artigo 51 da Lei 8.245/1991 e Lei 8.666/1993.

DA RATIFICAÇÃO

CLÁUSULA QUARTA - Ficam ratificadas todas as cláusulas e condições estabelecidas no Contrato Originário e não alteradas pelos aditivos e pelas apostilas posteriores.

DA PUBLICAÇÃO



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

CLÁUSULA QUINTA – O LOCATÁRIO providenciará a publicação resumida do presente instrumento de Termo Aditivo no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral de Rondônia e no Diário Oficial da União, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, na forma do Parágrafo único do Art. 61, da Lei n. 8.666/1993.

E por estarem, LOCATÁRIO e LOCADORA assim acordados, lavrou-se o presente instrumento, que após lido e achado conforme, foi assinado pelas partes e testemunhas por meio do Sistema Eletrônico de Informação – SEI do TRE-RO.

Porto Velho/RO, 30 de dezembro de 2021.

LIA MARIA ARAÚJO LOPES Pelo Locatário	ANA GORETH DE OLIVEIRA DANTAS Pela Locadora
Aldací Souza Mota CPF: 326.504.772-53 Testemunha	Luciano da Silva Santos CPF: 812.434.482-53 Testemunha



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 30/12/2021, às 10:20, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ANA GORETH DE OLIVEIRA DANTAS, Usuário Externo**, em 30/12/2021, às 10:26, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ALDACÍ SOUZA MOTA, Técnico Judiciário**, em 30/12/2021, às 10:46, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos



Documento assinado eletronicamente por **LUCIANO DA SILVA SANTOS, Auxiliar Administrativo(a)**, em 30/12/2021, às 12:54, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0777076** e o código CRC **ABA09130**.

0002144-89.2017.6.22.8000

PROCESSO: 0002144-89.2017.6.22.8000

INTERESSADO: Coordenadoria de Serviços Gerais (COSEG)

ASSUNTO: PRORROGAÇÃO DE VIGÊNCIA – MINUTA DO 3º TERMO ADITIVO – CARTA-CONTRATO nº 28/2017.

PARECER JURÍDICO Nº 238 / 2021 - PRES/DG/AJDG

I – RELATÓRIO

01. O processo administrativo abriga a contratação por locação de imóvel não residencial de propriedade da locadora **ANA GORETH DE OLIVEIRA DANTAS** (genitora e representante legal das menores **GIOVANA DANTAS MENDES** e **MARIANA DANTAS MENDES**, constituída por meio da Procuração juntada no evento n. [0231258](#) dos autos supramencionados), onde se encontra provisoriamente instalado o Arquivo Geral. A locação foi formatada na Carta-contrato n. 28/2017 ([0241354](#)), com vigência de 36 (trinta e seis) meses, a partir de 20/11/2017, admitida a prorrogação, nos termos da Cláusula Quarta do referido Ajuste. Tal ajuste (Carta-Contrato n. 28/2017) tem registros de prorrogações nos autos por mais 12 (doze) meses, conforme Termo Aditivo



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

1 ([0626514](#)), com término na data de 20/11/2021 e por mais 41 (quarenta e um) dias, anotado no Termo Aditivo 2 ([0760551](#)), com término em 31/12/2021, portanto em plena vigência.

02. Devido à aproximação do término do prazo de vigência da avença, a Coordenadoria de Serviços gerais - COSEG, unidade gestora do contrato supra, consultou as contratadas acerca do interesse na prorrogação, recebendo resposta positiva ([0774925](#) e [0775163](#)), em seguida juntou as certidões de regularidade fiscal das menores e sua representante legal, e submeteu os autos ao Secretário da SAOFC para análise, opinando pela prorrogação por mais 41 (quarenta e um) dias, mediante a Manifestação 11 ([0775325](#)).

03. Segundo a manifestação, a justificativa para a dilação do prazo contratual se prende ao seguinte fato relatado pela coordenadora substituta da COSEG ao secretário da SAOFC:

(...)

As justificativa para a aludida prorrogação se deu pelos motivos expostos na Manifestação 8/2021 (evento [0753699](#)), da lavra da titular da Coordenadoria de Serviços Gerais-COSEG, notadamente a autorização para a mudança do Arquivo Central para o Anexo II deste TRE/RO.

Apesar dos esforços envidados, não foi possível a transferência do Arquivo Central para o Anexo II no prazo inicialmente estimado, em virtude de contratemplos ocasionados pelo sinistro no telhado do prédio Sede, que demandou concentração de esforços na reparação das consequências do sinistro bem como na reconstrução de novo telhado.

Pelo exposto, solicita-se autorização para a prorrogação da aludida carta-contrato por mais 1 mês, ou seja, pelo período de 01/01/2022 a 31/01/2021, novo prazo estimado como suficiente para a conclusão das adaptações necessárias no Anexo II e da mudança/transferência do Arquivo Central para o Anexo II.

(...)

Em relação a economicidade - A análise de economicidade pertinente à presente prorrogação detém-se somente à **manutenção das condições já pactuadas no termo vigente**; a concordância na prorrogação por período residual cuja finalidade é atender à logística de desinstalação e reinstalação dos arquivos deslizantes e subsequente organização do acervo dentro das recomendações prescritas no Laudo Técnico de evento [0683599](#), já apontado na supramencionada Manifestação 8/2021 de evento [0753699](#).

(...)

04. A unidade gestora informa ao final, que o valor para a prorrogação será de **R\$ 4.371,18** (quatro mil, trezentos e setenta e um reais e dezoito centavos), a ser custeado com o orçamento ordinário do exercício de 2022, disponível no Plano Interno IEF LOCIMO.

05. O secretário da SAOFC, por meio do Despacho 2393 (evento [0775428](#)), considerando a manifestação da COSEG, encaminhou os



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

autos à SECONT para elaboração de minuta de termo aditivo e a esta AJDG, para análise e emissão de parecer jurídico.

06. A Seção de Contratos (SECONT) levou aos autos a minuta do Termo Aditivo 2 à Carta-contrato n. 28/2017 ([0757854](#)), e na sequência pela Remessa 279 ([0757855](#)) conduziu os autos a esta AJDG para análise jurídica.

07. Assim, devidamente instruídos, vieram os autos para análise desta Assessoria Jurídica. **É o necessário relato.**

II – DA PRORROGAÇÃO DA CARTA-CONTRATO

N. 028/2017

08. Merece esclarecimento o fato de que a contratação ora analisada e materializada na Carta-Contrato TRE/RO n. 28/2017 está fundamentada como dispensa de licitação, com fulcro no art. 24, inciso X, da Lei nº 8.666/93:

Art. 24. É dispensável a licitação:

(...)

X – para a compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípuas da Administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionem a sua escolha, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia; *grifamos*

(...)

09. Veja-se que o texto legal estabelece expressamente os **requisitos para a locação direta de imóveis**, devendo o ato se destinar ao atendimento das **finalidades precípuas da Administração**, em razão da necessidade de instalação e localização que condicionem a sua escolha, com preço compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia.

10. Nenhuma dúvida resta quanto ao atendimento das **finalidades precípuas da Administração**, haja vista que o **imóvel tem atendido convenientemente as necessidades do Arquivo Geral deste Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, nesta capital**, conforme consta na Manifestação 11 ([0775325](#)) da unidade gestora da contratação (COSEG).

11. Tem-se, ainda, a **necessidade de comprovação da escolha** do imóvel para o perfeito atendimento da demanda administrativa



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

qualificada pelo **interesse público**, a qual deve ser instruída pelo **binômio adequação-localização**, que na essência resume-se apenas à simples adequação, haja vista que é impossível conceber esta sem aquela. Contudo, a Corte de Contas Nacional, pacificou que, em sede de contratação direta, a **localização** do imóvel é determinante para a escolha, como na **Decisão TCU n. 337/1998 – 1º Câmara**.

12. Verifica-se que a Administração não descuidou da referida comprovação, desde o princípio da contratação quando carrou aos autos os documentos citados no item 3.3 do Termo de Referência (0197227), e para a prorrogação a gestora unidade COSEG justifica de forma adequada a necessidade da permanência da escolha do imóvel, apontando-o como sendo ainda aquele adequado para o atendimento do interesse público em sua Manifestação 11 ([0775428](#)).

13. Assim sendo, considerando a proximidade do término da vigência da Carta-contrato n. 028/2017 e a necessidade da continuidade da locação por mais 31 (trinta e um) dias para atender a logística de desinstalação e reinstalação dos arquivos deslizantes e subsequente organização do acervo deste Regional dentro das recomendações prescritas no Laudo Técnico ([0683599](#)).

14. É fato que a locação de imóvel pela Administração, necessária à instalação de uma repartição pública, se caracteriza como serviço de natureza continuada, haja vista que a Superintendência de Patrimônio da União no Estado de Rondônia já **registrou nos autos não ter imóvel disponível para cessão temporária com as características solicitadas por este órgão**, e a unidade gestora apresenta em sua manifestação a vantajosidade na renovação do imóvel locado e que este vem atendendo às exigências deste TRE/RO ([0775325](#)).

15. Também é fato que o contrato de locação de imóvel, mesmo celebrado pela Administração Pública, tem características essenciais de direito privado. No dizer da Administrativista Maria Sylvia Zanella Di Pietro:

(...) quando a Administração celebra contrato cujo objeto apenas indiretamente ou acessoriamente diz respeito ao interesse geral (na medida em que tem repercussão orçamentária, quer do lado da despesa, quer do lado da receita), ela se submete ou pode submeter-se ao direito privado; por exemplo, para comprar materiais necessários a uma obra ou serviço público, para colocar no seguro os veículos oficiais, **para alugar um imóvel necessário à instalação de repartição pública**, enfim, para se equipar dos instrumentos necessários à realização da atividade principal, esta sim, regida pelo direito público. (Sem grifo no original).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

16. Nesse caso, a norma que disciplina a matéria recai sobre a Lei n. 8.245/1991 (Lei do Inquilinato), que dispõe o seguinte:

Art. 3º O contrato de locação pode ser ajustado por qualquer prazo, dependendo de vênua conjugal, se igual ou superior a dez anos.

Parágrafo único. Ausente a vênua conjugal, o cônjuge não estará obrigado a observar o prazo excedente.

Art. 4º Durante o prazo estipulado para a duração do contrato, não poderá o locador reaver o imóvel alugado. O locatário, todavia, poderá devolvê-lo, pagando a multa pactuada, segundo a proporção prevista no art. 924 do Código Civil e, na sua falta, a que for judicialmente estipulada.

Parágrafo único. O locatário ficará dispensado da multa se a devolução do imóvel decorrer de transferência, pelo seu empregador, privado ou público, para prestar serviços em localidades diversas daquela do início do contrato, e se notificar, por escrito, o locador com prazo de, no mínimo, trinta dias de antecedência.

(...)

Art. 47. Quando ajustada verbalmente ou por escrito e com o prazo inferior a trinta meses, findo o prazo estabelecido, a locação prorroga-se automaticamente, por prazo indeterminado, somente podendo ser retomado o imóvel:

(...)

17. Verifica-se, portanto, que ao publicizar os contratos de locação de imóveis celebrados pela Administração, o legislador aplicou o direito privado às questões **relativas à duração e prorrogação desses contratos**.

18. Dessa forma, a vigência do contrato de locação de imóveis no qual a Administração Pública é locatária, rege-se pelo **art. 51 da Lei n. 8.245/91**.

19. Ressalte-se que há manifestação expressa da locadora concordando com a prorrogação da Carta-contrato n. 28/2017, pelo prazo de mais 31 (trinta e um) dias ([0775163](#)).

III - DA ANÁLISE DA MINUTA DO TERCEIRO TERMO ADITIVO À CARTA-CONTRATO N. 28/2017

20. Na análise formal dos termos da minuta do instrumento juntada ao evento [0775471](#) percebe-se que foi registrada a prorrogação da vigência do contrato de locação por mais 31 (trinta e um) dias, contados a partir de 01/01/2022, com término em 31/01/2022.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

21. Quanto ao valor necessário para as despesas com a execução da prorrogação pretendida, correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento 2022 da Justiça Eleitoral de Rondônia, mediante Nota de Empenho a ser emitida após a disponibilização do mencionado orçamento, conforme anotado na Subcláusula única da Cláusula Segunda da minuta em análise

22. Deste modo, encontra-se, sob o aspecto formal, em **conformidade** com as regras da Lei n. 8.666/93, atendendo aos princípios e diretrizes que norteiam a sua aplicação, **não havendo reparos a fazer nessa seara**, estando apto, portanto, a produzir os efeitos jurídicos pretendidos pela Administração.

IV – CONCLUSÃO

23. Nesses termos, poderá a Administração **autorizar a prorrogação contratual**, por mais 31 (trinta e um) dias, com fundamento na Cláusula Quarta da Carta-contrato 28/2017 e nos termos da Lei n. 8.245/91 e da Lei n. 8.666/93, na medida em que presentes requisitos legais, no entanto, a efetivação da prorrogação ficará condicionada ao orçamento ordinário da Justiça Eleitoral para o exercício de 2022, disponível no Plano Interno IEF LOCIMO, conforme informado pela COSEG ao final da sua manifestação ([0775325](#)).

24. Assim, para cumprimento do artigo 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93, esta Assessoria Jurídica **APROVA** os termos do instrumento juntado aos autos ([0775471](#)).

25. Por fim, registre-se que esta Assessoria Jurídica analisou os aspectos formais e jurídicos da situação a ela submetida, já que regimentalmente inabilitada a pronunciar-se acerca dos aspectos técnicos associados ao objeto.

À consideração da unidade competente.



Documento assinado eletronicamente por **MARISA LEONARDO DE ARAÚJO LIMA DA SILVA**, Assessor Jurídico da Diretoria Geral, em 23/12/2021, às 15:18, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0775785** e o código CRC **F0086E1E**.

0002144-89.2017.6.22.8000

PROCESSO: 0002144-89.2017.6.22.8000

INTERESSADO: Coordenadoria de Serviços Gerais (COSEG)

ASSUNTO: Prorrogação do prazo de vigência da Carta-contrato n. 28/2017

DESPACHO Nº 1815 / 2021 - PRES/DG/GABDG

Trata-se de processo administrativo no qual este Tribunal firmara a Carta-contrato n. **28/2017** (0241354) com a Locadora **ANA GORETH DE OLIVEIRA DANTAS** (genitora e procuradora de GIOVANA DANTAS MENDES e de MARIANA DANTAS MENDES, conforme disposto na procuração juntada no evento n. 0753681), brasileira, portadora da Cédula de Identidade RG 299.761/SSP-RO e do CPF 349.115.962-87, para locação de imóvel objetivando a instalação provisória do Arquivo Geral do TRE/RO, com vigência de 36 (trinta e seis) meses, a partir de 20/11/2017, admitida a prorrogação, nos termos da Cláusula Quarta do referido Ajuste. Tal ajuste (Carta-Contrato n. 28/2017) tem registros de prorrogações nos autos por mais 12 (doze) meses, conforme Termo Aditivo 1 ([0626514](#)), com término na data de 20/11/2021 e por mais 41 (quarenta e um) dias, anotado no Termo Aditivo 2 ([0760551](#)), com término em 31/12/2021, portanto em plena vigência.

Considerando o vencimento do respectivo ajuste, a Coordenadoria de Serviços Gerais - COSEG, na figura de gestora da contratação, consultou a contratada acerca do interesse na prorrogação, juntando-se a comprovação nos autos da regularidade da locadora para contratar com o setor público ([0775320](#), [0775321](#) e [0775322](#)).

Nos termos da Manifestação n. 11 ([0775325](#)), foi enviada consulta à representante da Carta Contrato nº 28/2017, sobre o interesse na



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

prorrogação da avença nos termos atualmente pactuados, conforme evento [0774925](#), a qual manifestou-se favorável à prorrogação - evento [0775163](#).

Assim, a unidade gestora solicita a prorrogação, por mais 1 mês, a partir de 01/01/2022, com término em 31/01/2022, considerando a transferência das instalações do Arquivo Central, do imóvel atualmente locado, para o Anexo II deste Tribunal, de modo a permitir operacionalizar a transferência mencionada - DESPACHO Nº 1872/2021-PRES/DG/SAOFC/GABSAOFC [0775163](#), serviço não executado em razão de contratemplos ocasionados pelo sinistro no telhado do prédio Sede, que demandou concentração de esforços na reparação das consequências do sinistro bem como na reconstrução de novo telhado.

A unidade gestora informa, ainda, que o valor para a prorrogação será de R\$ 4.371,18 (quatro mil, trezentos e setenta e um reais e dezoito centavos), a ser custeado com o orçamento ordinário do exercício de 2022, disponível no Plano Interno IEF LOCIMO.

Nos termos do evento 0775471, a SECONT juntou aos presentes autos minuta do termo aditivo n. 3 contendo todos os regramentos concernentes a pretendida prorrogação contratual.

Instada a se manifestar, a Assessoria Jurídica opinou, em síntese, pela possibilidade jurídica da prorrogação contratual por mais 31 (trinta e um) dias, nos termos da Lei n. 8.245/91 e da Lei n. 8.666/93, na medida em que presentes os requisitos legais exigíveis, e aprovou os termos da minuta do segundo termo aditivo juntado ao evento 0757854 (0758602), anotando, tão somente a questão da efetivação da prorrogação ficar condicionada ao orçamento ordinário da Justiça Eleitoral para o exercício de 2022 informado pela gestora do contrato ([0775785](#)).

A fim de garantir a regular tramitação do feito em todas as unidades competentes para apreciação da matéria, os autos foram remetidos para manifestação da SAOFC ([0775944](#)) que, sinteticamente, opinou favorável à prorrogação do prazo de vigência da Carta-Contrato n. 028/2017 nos termos constantes do evento n. [0776157](#).

Vieram os autos apara apreciação desta Diretoria-Geral.

Conforme relatado, versam os autos sobre pedido de prorrogação da Carta-contrato nº. 28/2017 ([0241354](#)), contratação esta fundamentada como dispensa de licitação nos termos do art. 24, inciso X da Lei 8.666/93.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

O dispositivo normativo acima citado, traz em seu texto todos os requisitos necessários para a locação direta de imóveis pela Administração pública, aplicáveis também em casos de prorrogações dos contratos, nos seguintes termos:

Art. 24. É dispensável a licitação:

(...)

X – para a compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípuas da Administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionem a sua escolha, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia; *grifamos*

(...)

Não restam dúvidas que continuam presentes os requisitos exigíveis, vez que **atendidas as finalidades precípuas da Administração**, haja vista que o imóvel tem atendido convenientemente as necessidades do Arquivo Geral deste Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, nesta capital, conforme consta na Manifestação 11 ([0775325](#)) da unidade gestora da contratação (**COSEG**) registrando expressamente que a aludida prorrogação se dará pelos mesmos motivos expostos na Manifestação 8/2021 (evento [0753699](#)), bem como resta justificada a **comprovação da escolha do imóvel** para o perfeito atendimento da demanda administrativa.

Estando os presentes autos devidamente instruídos com os documentos necessários e havendo a manifestação expressa da representante das locadoras ([0775163](#)), resta comprovada a necessidade de aditamento em questão, para prorrogação do prazo de vigência por mais 31 (trinta e um) dias, com fundamento na Cláusula Quarta da Carta-contrato n. 28/2017 e nas Lei n. 8.245/91 e n. 8.666/93.

Por fim, quanto ao valor necessário para as despesas com a execução da prorrogação pretendida, registra-se que, nos termos da Subcláusula única da Cláusula Segunda da minuta juntado ao evento n. [0775471](#), correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento 2022 da Justiça Eleitoral de Rondônia, mediante Nota de Empenho a ser emitida após a disponibilização do mencionado orçamento.

Pelo exposto, com abrigo nos documentos constantes dos autos e no artigo 1º, inciso II, da Portaria nº 66/2018, **AUTORIZO a PRORROGAÇÃO do prazo de vigência da Carta-Contrato n. 28/2017 por mais 31 (trinta e um) dias, a contar de 01/01/2022, com término em 31/01/2022.**



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

À Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade - SAOFC para prosseguimento do feito, com vistas à efetivação da prorrogação pretendida.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO**

LOPES, Diretora Geral, em 30/12/2021, às 09:33, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0776198** e o código CRC **626D4D41**.